

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

RESUMO:

Este presente trabalho elaborado a partir de uma dissertação monografia, teve como objetivo analisar a formação social cisheteronormativa diante dos corpos e identidades, e sua imposição na sociedade, assim, partindo para análise de um contexto histórico da sexualidade e dos direitos adquiridos pela comunidade queer para então relacionar a temática as práticas educacionais explorando a ideia de educação inclusiva no processo de escolarização. Dessa forma, este trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória qualitativa de cunho bibliográfico que se utiliza de discussões teóricas partindo de reflexões provocadas por Louro (2018), que sustenta grande parte das argumentações sobre a normatividade da formação social e do sistema educacional, e que as relaciona a relatos memorial de narrativa autobiográfica e a trechos de romances queers fictícios, para então fundamentar a temática apresentada. Encontra-se como resultados a reflexão sobre a temática apresentada, permitindo um novo olhar para as práticas educativas entendidas como educação inclusiva, de modo que, se no processo de escolarização, a escola forma sujeitos que não se reconhecem ou que invalidam vivências, ela falha em seu objetivo de formação integral.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Social; Comunidade queer; Educação Inclusiva; Criança Viada;

ABSTRACT: This present work, based on a monograph dissertation, aimed to analyze the cisheteronormative social formation in the face of bodies and identities, and its imposition on society, thus starting to analyze a historical context of sexuality and rights acquired by the queer community to then relate the theme to educational practices exploring the idea of inclusive education in the schooling process. Thus, this work is a qualitative exploratory investigation of a bibliographic nature that uses theoretical discussions based on reflections provoked by Louro (2018), which supports a large part of the arguments about the normativity of social formation and the educational system, and which relates them to memorial accounts of autobiographical narrative and excerpts from fictional queer novels, to then substantiate the theme presented. The results are reflection on the theme presented, allowing a new look at educational practices understood as inclusive education, so that, if in the schooling process, the school forms subjects who do not recognize themselves or who invalidate experiences, it fails in its objective of comprehensive training.

KEYWORDS: Social Training; Queer community; Inclusive education; Viada Child;

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

INTRODUÇÃO

Mesmo antes de nascermos, somos definidos por construções sociais que pretendem moldar os sujeitos se baseando em ideais normativos que se dedicam em marginalizar e exterminar vivências que não sigam as normas, os padrões e os ideais estabelecidos. A comunidade LGBTQIA+ – que neste trabalho opto em referi-la pelo termo queer por ser mais inclusivo – explicitamente desviante da normatividade, sobrevive historicamente em conjunto as tentativas dos princípios normativos de apagá-la, a reprimindo e a condenando da sociedade, que por muito tempo a viu inteiramente como incorreta, desprezível e maligna, passível de destruir as normas que controlam a sociedade. A tentativa de apagá-la da história a fez resistir, de modo que apesar de ainda sofrer com a repressão social, conquistou direitos como sujeitos dignos pertencentes à sociedade.

Então, desejo pensar e refletir sobre a formação social e como a mesma se baseia na ideia cisheteronormativa para definir os corpos e a identidade dos sujeitos, de modo que tentam excluir, reprimir e converter aqueles que desviam das normas, para assim trazer um resgate histórico e político sobre a sexualidade e a existência de corpos estranhos – desviantes da normalidade – ao longo do tempo. Conseqüentemente, trago para análise o processo de escolarização diante da ideia de educação, baseando em sua definição na Constituição Federal (BRASIL, 1988) como um direito de todos, e no seu objetivo de formar sujeitos integrais para a sociedade, no entanto, pensando que se essa educação forma sujeitos que não se reconhecem e sujeitos que invalidam o outro, essa educação falha em seu objetivo. Por isso, pensar em uma educação que inclui esses sujeitos, os seus saberes, as suas individualidades, para que outros sujeitos reconheçam outros

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

saberes, outras individualidades e identidades, se torna necessário para a formação de sujeitos absolutos em uma sociedade diversa e transformadora, que respeite e não ignore vivências.

“Antigamente não tinha essas coisas”: breve contexto histórico sobre a sexualidade e os direitos adquiridos pela comunidade queer.

[...] Pessoas da cidade e pessoas de outras cidades [...] que vieram quebrar o encanto que os dois garotos se beijando pode gerar. Algumas fazem um drama dizendo que estão rezando pelas almas de Craig e Harry. Alguns erguem posterres rabiscados às pressas: ERA ADÃO E EVA, NÃO ADÃO E IVO, HOMOSSEXUALIDADE É PECADO [...] A polícia não sabe o que fazer (LEVITHAN, 2015, p. 154).

Há diversas falas que tentam condenar o indivíduo queer e as práticas contrárias a heterossexualidade, principalmente as práticas públicas ou qualquer prática que evidencie o mínimo do desvio da norma, escandalizando e transmitindo um tanto de preconceito e ignorância, e tentando se justificar e se esconder em uma frase: antigamente não existia essas coisas. No trecho do livro de romance fictício *Dois Garotos se Beijando*, do autor estadunidense David Levithan, utilizado como epígrafe para abrir a presente seção, quando dois meninos gays tentam bater o recorde de beijo mais longo do mundo, ambos recebem falas que além do preconceito, destilaram o ódio, e muitas dessas falas são sustentadas em ideias baseadas em religiões monoteístas, como o cristianismo, que tentam impor controle à sociedade, estabelecendo que seus princípios e valores – como a ideia de que Deus criou o homem e a mulher para ser um casal e

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

não dois homens ou duas mulheres – de modo que tal controle se converta em poder. Tal como sugere o trecho citado, desejo trazer a reflexão: será que realmente não existia isso – práticas contrárias à heterossexualidade – antigamente? Será que desde sempre as relações amorosas e sexuais entre os indivíduos eram limitadas no modelo heterossexual de um homem e uma mulher?

Assim, nessa seção, para analisar brevemente o contexto histórico acerca de sexualidade e do contexto político sobre a comunidade queer, que com o passar da história ganhou destaque mais explícito na sociedade e detenção de direitos, me interessa a pensar junto a Guacira Lopes Louro (2018, p. 69) como a sexualidade foi construída na sociedade e como o seu papel nas classificações e definições do corpo, constituindo pelas características que são determinadas pelo sexo dos sujeitos, ainda se faz presente na cultura dos sujeitos, tornando complexa e limitante a ação de tentar definir a ideia de sexualidade.

Camargo e Neto (2018) me ajudam a pensar nas diversas definições de sexualidade ao citarem a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), que trata a sexualidade como “uma energia que nos motiva para encontrar o amor, contato, ternura e intimidade”, ou a de Foucault, que a entende apenas como uma associação ao sexo biológico ou a reprodução, porém, a sexualidade vai além. Ela não pode ser definida como identidade de gênero ou orientação sexual, apesar de estar ligada a essas categorias que fazem parte da organização social. De uma maneira geral e neste presente trabalho, posso pensar na mesma como parte da personalidade de cada indivíduo, assim, necessária para a construção e interação social do mesmo.

Apesar de estarem relacionadas, acho importante colocar em explícito a diferença entre sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero,

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

pois enquanto orientação sexual se trata da atração sexual por outros indivíduos, como homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade etc; a identidade de gênero se trata da identificação cultural do indivíduo, podendo se constituir em pessoas cisgêneros, transgêneros, não-binaries, entre outras possibilidades. Louro (2018, p. 70) diz que a maioria das sociedades vem determinando como essencial a divisão binária do masculino/feminino, entendendo que essa ideia faz parte da origem dos corpos dos sujeitos, então as ideias voltadas a sexualidade buscam uma normalidade nesse binarismo, algo que irei evidenciar na próxima seção ao tratar da cisheteronormatividade como padrão dos corpos.

Para pensar no contexto histórico da sexualidade, Louro (2018) utiliza da ideia de Nicholson para me faz entender que a mesma só passa a ser entendida como de fato sexualidade, quando o corpo começa a ganhar um papel primordial no momento em que a Bíblia deixa de ser fonte de autoridade (NICHOLSON, 2000, p. 18 apud LOURO, 2018, pp. 70-71), pois surgem novas formas de dar significado a representação do homem e mulher na sociedade. Antes a ideia era que o corpo da mulher era imperfeito, pois a mesma tinha “dentro do corpo, os mesmos órgãos genitais que os homens tinham externamente” (LOURO, 2018, p. 71), e com a substituição dessa ideia pela introdução do pensamento de dois sexos opostos, o corpo deixa de ser compreendido como “um microcosmo de uma ordem maior”, assim, nascendo novas formulações filosóficas, novas organizações das classes sociais, e mudanças nas relações entre homens e mulheres (LOURO, 2018, p. 72), assim, dando a sexualidade uma centralidade na ordem da sociedade a partir das novas construções sobre os corpos.

Mesmo a homossexualidade e o seu sujeito serem conceitos inventados no século XIX, como pontua Louro (2018, p. 27), pois a

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

termologia homossexual apenas foi citada pela primeira vez em 1860 pelo médico Karoly Maria Benkert (MARQUES, 2010), as práticas contrárias a heterossexualidade já eram condenadas pelos grupos sociais e religiosos, vistas como um tipo de transtorno, uma perturbação do indivíduo, um pecado e uma doença. Diante disso, existem relatos da prática da homossexualidade desde as primeiras civilizações, como na Grécia Antiga, e em Esparta e Tebas, onde as relações homoafetivas, respectivamente: supriam necessidades das relações pessoais não encontradas no casamento entre homens e mulheres; incentivavam os homens como parte do treinamento militar; e compunha a tropa de elite apenas casais homossexuais (CORINO, 2006). No Brasil, há registros que apontam relatos da vivência da homossexualidade e práticas desviantes da norma, ditas como “sodomia”, desde o início do período colonial, onde Xica Manicongo, uma escravizada, aparece como a primeira travesti da história do país no século XVI (JESSU, 2019), e Tibira do Maranhão, um indígena da tribo dos Tupinambá, aparece como a primeira vítima de homofobia em 1612 (TROVÃO; SILVA; ALVES, 2022).

Assim, entendo que a presença de indivíduos desviantes da norma, da heterossexualidade, existe desde muito mais tempo do que imaginado, caindo por terra a afirmação preconceituosa da frase “antigamente não existia isso”, como apresentei no início desta seção.

A partir do século XIX, quando homens e mulheres começaram a contestar as normas e os limites impostos, logo, a sexualidade imposta, a prática desviante começou a aparecer mais exposta pelos indivíduos, os destinando a violências e rejeições sociais, recebendo da ciência, da justiça, da igreja e dos conservadores diversos conceitos. A partir dos anos 1970, os discursos – tanto a favor ou contra – aumentam de forma mais expressiva, e apesar dos movimentos de organização dos grupos homossexuais se

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

reunirem quase na clandestinidade, aos poucos foram ganhando visibilidade em revistas, artigos de jornais, e principalmente na arte em países como Estados Unidos e Inglaterra (LOURO, 2018, pp. 27-28).

Apesar de ter sido descriminalizada quase que sem querer no Brasil em 1830 com a aprovação do Código Penal Imperial por Dom Pedro I, que não fazia nenhuma referência a prática de sodomia, isso não significou a aceitação da homossexualidade pela sociedade e pelo estado (SANTOS, 2016, p. 183). Então, só nos anos 1970, quase um século e meio depois, que o movimento homossexual ganhou força no Brasil, ainda mais com surgimento de jornais, com a promoção de reuniões para discutir o ativismo, com a conexão de movimentos políticos, que segundo Louro, ajudou a crescer internacionalmente o número de trabalhadores/as culturais e intelectuais que se assumiram na mídia, na imprensa, nas artes e nas universidades. Por consequência, desejo refletir sobre a importância de representações queers para indivíduos queers.

Durante a minha trajetória enquanto criança e adolescente, as referências que eu tinha de pessoas queers eram personagens estereotipados de novelas e em filmes, como os personagens de novelas Crô e o Felix, personagens que na maioria das vezes eram interpretados por atores héteros e com a intenção de se tornar uma viadagem cômica e zombada, servindo de chacota e apelidos por colegas da escola. Bem comum personagens com traços afeminados como vilões, como Ele de *As Meninas Superpoderosas* (1998-2001), Scar de *O Rei Leão* (1994), Ursula de *A Pequena Sereia* (1989) e o próprio Félix da novela *Amor à Vida* (2013), que trazem o estereótipo de que queers seriam indivíduos malvados e amargurados, que deveriam ser abomináveis, afinal sempre eram derrotados. Quando não são tratados de forma cômica e zombada, geralmente sendo a maioria da tentativa de retratar LGBTs, as tramas que

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

envolvem personagens queers, como *O Segredo de Brokeback Mountain* (2005), caminham para a ideia de que a prática homoafetiva na sociedade é aterrorizante e perigosa, que apesar de não ser uma mentira, não é a única realidade.

Recentemente, filmes, séries, livros e novelas têm buscado inserir indivíduos queers nas suas tramas até mesmo como protagonistas, possibilitando a representatividade de forma mais realista e emotiva para aqueles que ainda estão se descobrindo e se conhecendo, principalmente para os jovens, permitindo que estes indivíduos se identifiquem com os personagens. Séries e filmes como *Heartstopper* (2022), *Love, Simon* (2018), *Alex Strangelove* (2018), *Smiley* (2022) e *Hoje Eu Quero Voltar Sozinho* (2014) permitem essa representatividade e que tratem sobre os sentimentos de adolescentes queers com mais afeto.

Retomando ao contexto histórico, ainda nos anos 1970 existia um discurso político que, apesar de apoiar prática homossexual, a apoiava de forma regulamentadora, tanto que Louro diz que a identidade sexual era definida pelas preferências do objeto amoroso, assim, ao manter relações sexuais com alguém do mesmo sexo definia a identidade gay ou lesbica (Louro, 2018, p. 31), tanto que enxergou a identidade bissexual como menos segura ou menos desenvolvida, até mesmo como um indivíduo confuso sobre sua orientação sexual, o que é comum ouvir até os dias de hoje, e assim acabou por “excluir diversos outros grupos que definiam sua sexualidade por meio de práticas e prazeres em vez de preferência de gênero” (SPARGO, 2017, p. 29 apud LOURO, 2018, pp. 31-32), os mantendo em uma posição marginalizada.

A partir dos anos 1980, a homossexualidade passa a ser tema pesquisas e discussões na academia por conta do apoio de algumas universidades com as teorizações de Foucault (LOURO, 2018, pp. 30-31).

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

Dessa forma, acho interessante pensar no apoio e no refúgio que a universidade, sobre tudo a universidade pública brasileira, se torna para os indivíduos queers brasileiros. Quando entrei na universidade pública aos dezenove anos, pela primeira vez me senti acolhido e livre para poder expressar e entender minha orientação sexual. Foram os anos vividos da graduação que me ajudaram a me conhecer e conhecer meus pares e amigos, onde pude viver meu primeiro romance homoafetivo, e assim, afirmando minha identidade como indivíduo queer. Embora a universidade represente avanços e possibilidade de acolhimento, ela ainda falha em assumir de forma institucional esta pauta através de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, de modo que, segundo Vigiano e Laffin,

[...] a universidade tem sido chamada à responsabilidade pela discussão do tema de gênero e de sexualidade, focando principalmente na inclusão das chamadas 'minorias' [...] Isso implica em uma abertura para a discussão, para posicionarem-se politicamente as novas demandas dos sujeitos sociais que desejam também seu espaço no currículo" (VIGIANO; LAFFIN, 2017, p. 661).

Ainda nos anos 1980, com o surgimento da Aids nos anos, doença apresentada como "o câncer gay", a homofobia retornou na sociedade de forma mais cruel, impulsionando a intolerância, o desprezo e a exclusão nas diversas posições sociais, tornando suas discussões políticas intensas, tanto sobre o combate da doença, quando sobre as sexualidades, mas sempre concentradas nas práticas sexuais (LOURO, 2018, pp. 32-33). Então apenas nos anos 1980, quando a OMS alterou a Classificação Internacional de Doenças (CID) alegando que a "a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão", que a que a homossexualidade deixou de ser considerada como doença, assim, perdendo o sufixo "ismo" da palavra, que remete à doença.

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

Apesar de não listar a orientação sexual, a Constituição Federal de 1988, pelo inciso IV do Art. 3º, diz que a república federal tem o objetivo de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e ainda garante pelo Art 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988). Analisando o fato de que o Brasil é um dos países com o maior número de registro de mortes (assassinatos) de pessoas LGBTQIA+, sobre tudo pessoas transgêneros, por conta da discriminação, fica claro a violação dos direitos que a constituição visa garantir. Apesar dos Projetos de lei, como o PL 1151/1995 para a “a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências”, o PL 122/2006 para a “criminalização da homofobia” e o PL 5002/2013 para “a disposição sobre o direito a identidade de gênero” se encontrarem arquivados, esses direitos são garantidos pelos Poderes Judiciários do país.

Alguns avanços sobre as políticas públicas e os direitos da comunidade queer foram acontecendo no Brasil a partir dos anos 2000. O Ministério da Saúde previa pela portaria nº1.707/2008 a realização do processo de transição de gênero nos hospitais públicos dos estados, e apesar de ter sido revogada em 2013 pela portaria Nº 2.803, foi para redefinir e ampliar o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). No artigo 17 da Lei Nº 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, garante ao jovem o direito à diversidade e igualdade de direitos e de oportunidades, e de não ser discriminado por conta da orientação sexual. No artigo 18 da mesma lei garante que o poder público deve garantir a efetivação do direito do jovem adotando

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

a capacitação dos professores dos ensinos fundamental e médio para a aplicação das diretrizes curriculares nacionais no que se refere ao enfrentamento de todas as formas de discriminação[...] inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual [...], de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito (BRASIL, 2013).

O Decreto Nº 8.727/2016 dá direito ao uso do nome social por pessoas transgênero e o reconhecimento da identidade de gênero das mesmas (BRASIL, 2016). Em 2015, o Supremo Tribunal Federal permitiu a adoção por casais homoafetivos (AGÊNCIA BRASIL, 2015) e em 2019 a homofobia e a transfobia foram criminalizadas pelo STF (G1, 2019). Em 2022, a Lei Maria da Penha, que protege as vítimas de violência doméstica passou a ser aplicada por mulheres trans, porém no ano seguinte, o Brasil continuou sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo pelo décimo terceiro ano consecutivo (RADIOAGÊNCIA NACIONAL, 2023). Apesar de estarmos diante de diversos avanços na legislação acerca a população queer, ainda enfrentamos ameaças e retrocessos como a aprovação do projeto de lei que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil em outubro de 2023, que apesar de ainda ter que ser analisada por outras comissões e pelo Senado Nacional, a proposta se mostra claramente inconstitucional fundamentada em critérios religiosos em um país laico (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2023).

A formação social a partir da instituição da ideia cisheteronormativa como padrão dos corpos e identidades.

Houve uma curta fase na minha vida em que tentei mudar. Eu tentei não ser gay, não olhar para os meninos bonitinhos da escola e pensar que beijá-los não seria uma má ideia. O esforço de tentar mudar a minha cabeça era tão exaustivo

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

que, num determinado ponto da adolescência, eu apenas aceitei que eu era assim. [...]. Aceitar que eu sou gay significou aceitar que eu vou para o inferno e viver constantemente com medo da morte. (Martins, 2018, pp. 29-30).

Aos sete ou oito anos, me lembro de ter ouvido durante uma das aulas de catequese que “ser gay” era um dos pecados listados presentes na Bíblia Sagrada, que me levariam ao inferno e que causariam decepção aos meus próximos, tantos aos meus pais quanto para Deus. Até então, eu não entendia o que seria “ser gay”, mas eu já era chamado assim ao ser vítima do bullying por colegas da escola. Não queria ser punido, muito menos xingado, então ainda naquela pouca idade, decidi que não queria estar relacionado ao “ser gay” e nem tão perto disso.

Ainda criança, conseguia perceber a minha diferença entre os outros meninos por conta dos comentários sobre meus gostos e trejeitos diferentes do que seriam masculinos, afinal, durante essa época fui notoriamente uma criança viada, que Ribeiro (2018, p. 9) diz ser um termo “usado socialmente para distinguir o comportamento de crianças tidas como afeminadas”. Então eu tentei “não ser gay”, assim como diz o personagem do livro de Vitor Martins, no trecho utilizado na epígrafe desta seção, e a tentativa de “não ser” tornou-se cansativo e doloroso durante anos, mas era o que parecia ser necessário para ser aceito e para não desapontar meus próximos: pais, colegas e Deus.

Consigo entender o que Louro (2018) quer dizer quando parte da ideia dos filmes de estrada para exemplificar a trajetória de vida dos indivíduos, dizendo que

Nesse gênero de filme, o personagem ou os personagens estão em trânsito, em fuga ou na busca de algum objetivo frequentemente adiado e, ao longo do caminho, veem-se diante de provas, encontros, conflitos. Ao se deslocarem,

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

também se transformam e essa transformação é, muitas vezes, caracterizada como uma evolução (LOURO, 2018, p. 12).

Para a autora, somos sujeitos que se movimentam em uma viagem ao longo de nossa vida e que a importância não é o destino, mas o trajeto que percorremos, pois o interessante são as mudanças e os movimentos dados ao longo da nossa viagem. Essa viagem permite a transformação do nosso conhecimento de mundo e de vida, afinal já nascemos com a ideia de um padrão social, que é imposto pela cultura vivida, e ao crescermos, nos deparamos com a independência de pensamento, que nos permite enxergar ao nosso redor com outros olhos. Essa transformação de pensamento pode ocorrer em diferentes etapas da nossa viagem, e até não acontecer para alguns sujeitos, porém acontece explicitamente por indivíduos queers ao decorrer do entendimento da sua orientação sexual e a fuga do padrão hetero.

Nos reprimimos quando percebemos que fugimos da normatividade, muitas vezes queremos nos dissociar desses aspectos afeminados e femininos quando associados, queremos buscar a masculinidade e queremos ser aceitos, ser amados, ser o orgulho e ser o ideal. Talvez, essa fuga deva ser o primeiro objetivo da nossa viagem. Quando nos permitimos desconstruir esse pensamento, nos deparamos para refletir sobre as possibilidades de quem podemos ser e traçamos um novo objetivo na viagem, que se torna se aceitar e ser aceito, se amar e ser amado. Assim, “o motivo da viagem se altera no meio do caminho e o objetivo se converte em outro”, como diz Louro (2018, p. 13). Acabamos nos permitindo ver novas formas de viver, abrangendo a diversidade, diluindo a normatividade e provocando a sociedade na busca por respeito e direitos, esses que

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

começaram a ser conquistados em uma história recente por meio de muitos movimentos, lutas e resistência.

Analisando como o problema do desvio da heterossexualidade se desenvolveu e ainda se desenvolve na sociedade de forma hostil diante a história da humanidade, entendo que diante das diversas formas de organizações construídas desde o princípio, cada sociedade construiu a sua cultura, e que ao se relacionarem com outras sociedades e suas diversas expressões culturais e de pensamentos, ou elas criaram variantes culturais ao se adaptarem a cultura relacionada, ou criaram conflitos, leves ou extremos, pois definiram a sua cultura como a certa pelos limites definidos entre si através das suas pluralidades e identidades. Assim, a cultura define o significado das ações do ser humano no mundo em que vive, como seu papel social, seus costumes e modos de viver, que acompanham através do tempo. (CLAM/UERJ, 2009).

As vivências pessoais de cada indivíduo inserido na sociedade permitem uma pluralidade cultural e individual que transita na formação dessa cultura, que passam por construções e desconstruções, de pensamentos e ideias, de práticas, e de valores através das épocas, e quando divergidas, causam estranhamentos. Esse estranhamento age a partir do padrão definido e imposto por grupos sociais de poder, ditos como dominantes, sendo as divergências do padrão imposto associadas como “estranhas”, “erradas”, “anormais”, e “feias”, de modo que julga os comportamentos de outros grupos, ditos como dominados, e se relaciona junto aos estereótipos, que generalizam os grupos a partir de uma determinada características, essas, quando expressas de forma negativa tem a intenção de inferiorizar o grupo atacado (CLAM/UERJ, 2009).

Quando as ideias da classe de poder são consideradas como as únicas “corretas”, essas atuam na opressão das ideias impostas e

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

condenadas, de modo que operam diversos problemas socioambientais, como racismo, machismo, homofobia, intolerância religiosa e preconceitos em geral, e por isso devemos perceber a importância de entender que os sujeitos inseridos como reguladores e membros a classe de poder se constituem com as seguintes características: brancos, héteros, homens cisgêneros, propagares de uma fé monoteísta – majoritariamente cristã. Esses definem o “certo” e o “errado” a partir das suas convicções, sempre se sustentando como argumentos baseados na religião, que como Ribeiro (2018, p. 74) salienta, acaba funcionando na sociedade como um mecanismo de controle social, onde ou você segue, ou você é rejeitado.

Dessa forma, as ideias dos dominantes baseadas pela religião se impulsionam em contradição as ideias “mundanas” que afronta os textos sagrados, como é o caso da homossexualidade e do indivíduo queer, este que para Louro

[...] pode ser tudo que é estranho, raro, esquisito. [...] pode ser o sujeito da sexualidade desviante, o excêntrico que não deseja ser “integrado ou “tolerado”. Pode ser também, um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade (LOURO, 2018, p. 8).

Entendendo esses conceitos, fica mais fácil de entender o que Lacan (apud LOURO, 2018, p. 37) quer dizer quando afirma que “o sujeito nasce e cresce sob o olhar do outro, que ele só pode saber de si através do outro, ou melhor, que ele sempre se percebe e se constitui nos termos do outro”, pois de fato, o sujeito sofre interferência de uma formação social modelada por um padrão. E assim, usando as palavras de Louro, volto a pensar na criança viada que eu fui, que pelos anos se via pelo outro como o errado, estranho e esquisito, que não era tolerado e tinha o centro como sua referência. Eu almejava o padrão hetero masculino, não por vontade própria, mas por sentir

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

a obrigação de pertencer e me moldar ao olhar do outro, daqueles que só me aceitariam nesse molde.

Realmente,

a viagem transforma o corpo, o caráter, a identidade, o modo de ser e de estar... [...] aquisição de novas formas de ver o mundo, [...] as mudanças da viagem podem afetar corpos e identidades em dimensões aparentemente definidas e decididas desde o nascimento (ou até mesmo antes dele) (LOURO, 2018, p. 15).

Relutei bastante na transformação da minha identidade pela minha adolescência, pois essa mudança desviava dos meus ensinamentos adquiridos pela infância, seja pelas relações sociais que tive em ambientes familiares e educacionais, ou pela imposição da religião na minha vida. Quando olho para trás para analisar a minha história pessoal de vida, me deparo com diversas falas que me cruzaram por toda infância e adolescência, colocando a minha criança em uma fronteira entre o “ser” e o “não ser”, o querer e o obedecer, o fingir e o esconder, ou mentir e o inventar. Utilizo esses sinônimos porque sempre fui colocado na posição de repressão do que eu realmente era, sempre me foi imposto a ser quem eu não queria ser, sempre baseando em uma masculinização e heteronormatividade agressiva.

Assim, quando Louro (2018, p. 13) diz que na viagem que o sujeito se lança ao longo da vida não importa o chegar, e sim o andar, penso que eu tentei o máximo caminhar na tentativa de um desfecho sobre o que eu sentia em relação a minha orientação sexual. E ainda se “o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto”, foram longos caminhos percorridos por mim até que se chegasse em alguma alteração, pois se “o motivo da viagem se altera no meio do caminho”, para mim essa mudança demorou anos.

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

Digo isso pois, atualmente o sentimento de uma viagem pode ser entendido como um percurso de tempo curto mesmo que o seu trajeto seja longo. A ideia de viagem que Louro traz não é nesse sentido, já que a mesma faz uma analogia com a vida do indivíduo. Completo que, quando adulto, talvez seja mais fácil identificar as mudanças causadas e suas consequências positivas ou negativas, mas quando jovem, ainda criança, você nem imagina que mudanças são normais ou que são o tipo de coisa que comumente acontece na vida, principalmente quando relacionada a modelos pré-estabelecidos desde o nascimento. Aceitar o novo percurso da viagem para um caminho desconhecido pode trazer medo, ansiedade e frustração, essas que produzem a resistência e a repressão de seguir o trajeto.

A partir disso, entendo o que Judith Butler (1999, p. 54 apud LOURO, 2018, p. 40) está dizendo quando afirma que “as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas ‘normas’ regulatórias precisam ser constantemente repetidas e reiteradas”, para que assim, materialize o sexo dos sujeitos. Essas normas estão estabelecidas pela sociedade e age por um processo sobre os corpos que “é baseado em características físicas que são vistas como as diferenças e as quais se atribui significados culturais” (LOURO, 2018, p. 15), sendo essas características categorizadas na ideia binária do masculino e feminino, respectivamente destinada para o homem e a mulher, estabelecendo seus papéis sociais. Essas características estabelecem sobre os corpos modelos únicos, corretos e indesejáveis, sendo necessário para que o sujeito se torne um sujeito legítimo, e assim, se veja obrigado a obedecer às normas (LOURO, 2018, p. 15).

São essas normas que estabelecem desde que nascemos a nossa viagem, pois “a declaração ‘É uma menina!’ ou ‘É um menino!’ instala um

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

processo que supostamente, deve seguir determinado rumo ou direção” (LOURO, 2018, p. 15), assim definindo corpos. O menino é destinado ao azul e a menina ao rosa. O menino tem que gostar de futebol e a menina tem que aprender a cozinhar. O menino não pode chorar, pois isso demonstra fraqueza, e ele tem que ser másculo. A menina tem que ser delicada, nunca rude e sempre responsável. O menino tem que ser mulhereengo para afirmar sua masculinidade. A menina não pode ficar com muitos homens, se não leva má fama. Quanto mais cedo a mulher casar, melhor. Quando mais tarde o homem casa, melhor. Essas são algumas das normas a serem obedecidas durante nossa viagem. Os filhos irão passar por todo o mesmo trajeto, e os filhos dos filhos também, até que algum dos indivíduos desvie do caminho planejado, embarque em outro trajeto e trace novos objetivos. Os filhos desses desviados, poderão ter a oportunidade de iniciar suas viagens por outros caminhos, mesmo ainda exista os sinais das normas.

Quando eu tinha uns cinco ou seis anos e meu tio me chamou de menininha e me ameaçou a colocar uma saia só porque eu estava brincando de casinha com minhas primas, ele estava obedecendo às normas, e ainda afirmando que minha viagem estava indo em direção não planejada. Quando no sexto ano do Ensino Fundamental, fui arrancado do banheiro masculino e trancado no banheiro feminino pelos meus colegas” de turma, pois segundo eles eu era um “viadinho”, logo, pelos seus rasos entendimentos, eu era uma menina, eles estavam obedecendo às normas. Quando eu, ainda confuso com os meus sentimentos, decidi praticar bullying com um colega de turma por ele ser igual a mim, eu estava tentando obedecer às regras e me esquivar das humilhações. Estávamos praticando das pedagogias corretivas e de ações de punição, essas que para Louro (2018) consistem em

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

penalidades, sanções, reformas e exclusões, e estão reservadas pela sociedade para nós, sujeitos desviantes.

Continuando pelas palavras de Louro (2018, p. 16), isso se trata de um trabalho pedagógico contínuo, repetitivo e interminável, que tem como objetivo estabelecer os corpos, o gênero e a sexualidade “certa”, planejando a direção da viagem para o sujeito. Se ele desviar, penalidades da sociedade lhe aguardam pelo resto da vida. Por isso, “muitos permanecem referidos a via mestra, mesmo que pretendam recusá-la e partir para outra” e “sua recusa pode acabar reforçando as mesmas regras e normas que pretendeu negar” (LOURO, 2018 p. 19). Portanto a viagem acaba nos transformando

e o efeito e o impacto das experiências desses sujeitos é tão fortemente político – o que eles ousam ensaiar repercute não apenas em suas próprias vidas, mas nas vidas de seus contemporâneos. Esses sujeitos sugerem uma ampliação nas possibilidades de ser e de viver. Acolhem com menos receio fantasias, sensações e afetos, e insinuam que a diversidade pode ser produtiva (LOURO, 2018, p. 23).

Assim, os sujeitos queers inventam alternativas, que se torna impossível de serem ignoradas, pois ao se afastarem do centro, se fazem ainda mais presentes (LOURO, 2018 p. 17). Realmente, o centro deixa de ser nosso referencial quando aceitamos o novo caminho da viagem. Almejamos nossos desejos e vontades. Para aqueles que traçaram o novo trajeto após a adolescência, quase adultos, o sentimento é querer recuperar o tempo perdido na repressão e no armário. Queremos ser vistos, mas não como seres de outro mundo, e sim como sujeitos, que não querem ser tolerados, mas como pertencentes a essa sociedade que também é nossa. Talvez por isso, a necessidade de desafiar as normas e escandalizar as nossas personalidades. Além de tudo, ser queer “significa colocar-se contra

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

a normalização” e ter como alvo imediato de oposição a heteronormatividade compulsória da sociedade (LOURO, 2018, p. 35).

COMO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA SE ENCAIXA NO CONTEXTO QUEER?

O que vem à mente quando se pensa em educação inclusiva? Talvez a educação especial seja o primeiro termo a ser pensado. Por algum tempo estudando no curso de Pedagogia sobre inclusão, eu me limitei a essa ideia de que a única inclusão que poderia ser proporcionado pela escola seria a de alunos com algum tipo de limitação física ou intelectual, como as deficiências e os transtornos neurológicos, porém é possível ir além se parar para pensar no que realmente é a educação e a inclusão.

A Educação, segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), é um dos direitos sociais de todos, que deve ter como objetivo o desenvolvimento do indivíduo e o preparar para conviver em sociedade. Para Paulo Freire (2006), educação é colocar o conhecimento em prática e a partir disso intervir no mundo, isto é, transformar o indivíduo a partir da sua realidade pelo processo de educar. Já a inclusão, segundo o dicionário online Significados, é “o ato de incluir e acrescentar, ou seja, adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos que antes não faziam parte”. Mas se a educação é um direito de todos, e se há a necessidade de torna-la inclusiva, não significaria que esse direito não vem sendo cumprido? Ou melhor, não significaria que a educação estaria sendo excludente?

Entendo a diferença entre educação e escolarização, de modo que também entendo que a formação dos sujeitos acontece para além da escola, afinal, como salienta Barroso (2015), “pressupomos diversas ações

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

conjuntas entre o corpo docente e discente que busquem a construção do conhecimento, que se inicia dentro da instituição e transporta-se para a sociedade em geral”, então mesmo que a escola aja de modo excludente, nem toda a educação se comporta de tal forma.

Então apresento que diante do contexto histórico do processo de escolarização, em que esse era limitada para classes de poder e depois de avanços na luta de direitos passou a fazer parte do cotidiano humano, tendo a instituição escolar como um “espaço plural, diversificado e multicultural” (BARROSO, 2015), este processo ainda é excludente para pessoas com vulnerabilidades sociais e econômicas, tanto pelo difícil acesso, pela estrutura escolar precária ou por tantas outras dificuldades apresentadas no sistema socioeducacional. Sendo assim, o Estado ainda falha no cumprimento desse direito básico, e por isso a educação inclusiva prevê reorganizar o sistema educacional para garantir acesso e condições para o processo de ensino-aprendizagem (CARNEIRO, 2012).

Diante disso, Silva, Pedro e Jesus (2017), em artigo que busca seu refletir as políticas de inclusão, dizem que “a educação inclusiva se impõe diante do fracasso escolar e exige da escola uma postura pedagógica fundada no respeito às diferenças sociais, culturais, econômicas e pessoais”, me fazendo refletir a variedade de ramos que a educação inclusiva pode seguir, afinal, ela age para integrar o excluído diante da diversidade da sociedade. Além do mais, apesar da Declaração de Salamanca, adotada pelas Nações Unidas em 1994 como regras padrões para integrar pessoas com deficiência no sistema educacional, a mesma orienta que as escolas acomodem todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (ONU, 1994).

É fato que a educação brasileira se baseia em modelos europeus, que fogem da realidade sociocultural do país, tendo os conteúdos centrados no

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

colonizador – Europa – e tão pouco e raso do colonizado – Brasil. Na minha experiência como aluno da educação pública brasileira, por anos e anos aprendi muito sobre a Europa, enquanto a história do Brasil apenas começava no tal descobrimento, mas sobre os povos nativos que aqui habitavam antes da invasão portuguesa ou pelos povos africanos escravizados, esses conteúdos de fato importantes da história do Brasil, tão pouco me foi ensinado. Nos dias de hoje são assuntos tratados com mais frequência nas escolas graças a políticas públicas que obrigam esses conteúdos serem ensinados. O que eu quero dizer e exemplificar é que abordar sobre os povos africanos e os povos indígenas é uma tentativa de educação inclusiva, pois se antes não eram abordados, antes eram excluídos. Se era excluído, não respeitava as diferenças, não permitia a identificação dos indivíduos descendentes desses povos – grande maioria da população brasileira – e não integralizava o sujeito para a sociedade.

Então, como as questões sobre a comunidade queer se encaixa nesse contexto? Como a educação inclusiva pode atingi-la?

Bom, durante toda a minha trajetória escolar eu sofri bullying por ser uma criança viada e por gostar e não gostar tanto de coisas ditas de meninas quanto de meninos. Foram humilhações partidas de violências verbais, como xingamentos e apelidos, de violências físicas, como ser trancado no banheiro feminino, e outros tipos de violências, todas essas nunca interferidas por algum profissional da escola. Para mim, a escola se tornou um lugar ruim, onde eu sabia que por mais que eu tentasse me aproximar de uma masculinidade forçada, ainda seria motivo de chacota e bullying. O bullying ajudou a me aprisionar no armário, me fez querer ser quem eu não era e gostar do que eu não gostava, e nem sempre era para ser aceito, mas para ser livrado. Será que a escola me formou como um indivíduo integral, permitindo conhecer a minha identidade e minhas

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

particularidades quanto sujeito? Indo além, a escola formou os causadores do bullying como indivíduos integrais capazes de viver em harmonia como os demais na sociedade? A resposta para as duas perguntas é não. É fato que a escola fracassou nesse sentido.

Pensar questões LGBTQIA+ para uma educação inclusiva não é apenas buscar que jovens queers não sejam excluídos ou discriminados dentro do ambiente escolar, pensando em um ambiente que seja seguro e acolhedor, é pensar quais práticas promovem essa educação excludente; é pensar onde o currículo deslegitima identidades; é pensar que práticas podem ser trabalhadas na escola para buscar a inclusão; é pensar em como profissionais não são preparados devidamente para tratar de assuntos sobre diversidade sexual e de gênero; é pensar a formação de professores; é pensar a construção do currículo escolar.

Complemento esta ideia com o pensamento de Louro, que diz que é importante problematizar as estratégias normalizadoras, pois essas têm o objetivo de definir e limitar as formas de viver e de ser, e por isso a importância de repensar “e reconstruir, como prática pedagógica, estratégias e procedimentos acionados pelos ativistas queer, como, por exemplo, a estratégia de ‘mostrar o queer naquilo que é pensado como normal e o normal no queer’” (TIERNEY; DILLEY, 1998, p. 60 apud LOURO, 2018, p. 46). Também pensar que a instituição escolar brasileira “possui seus parâmetros educacionais [...] pautados na heteronormatividade” (BARROSO, 2015), e são sustentados por um currículo que historicamente concentra “disputas das relações sociais e políticas conservadoras e de dominação” (ARROYO, 2013, p. 28 apud FERREIRA, 2024, p. 768).

A ideia de uma educação inclusiva para incluir os indivíduos queers parte da intenção de romper o binarismo – homem/mulher e homossexual/heterossexual - para pensar novas formas de conhecimento,

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

de modo que a diferença não seja algo chocante, mas algo que impacte, que seja algo percebível por todos e em todos, e não apenas para um grupo. Pensar em uma pedagogia e um currículo queer seria trabalhar essas diferenças, de modo que sejam compreendidas como indispensáveis para a existência de cada sujeito, como situa Louro (2018, p. 45) ao dizer que “ao colocar em discussão as formas como o “outro” é construído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro”.

Para Louro (2018, pp. 45-46), essa ideia colocaria de lado a naturalização e a superioridade da heterossexualidade, porém uma pedagogia queer não seria suficiente para a desconstrução desse processo normalizador de identidade sexual padrão, pois esse binarismo tão presente na educação conta com a participação da ignorância como um conhecimento. Utilizando das palavras de Eve Sedwick e de Deborah Britzman, Louro explica como a ignorância não é uma ausência de conhecimento, e sim uma das suas formas, assim, entendendo que “a ignorância pode ser compreendida como sendo produzida por um tipo particular de conhecimento ou produzida por um molde de conhecer” (LOURO, 2018 p. 47), logo, a ignorância sobre um tema pode ser entendida como o pouco conhecimento ou um jeito diferente de conhecer sobre esse tema, logo, a ignorância sobre a homossexualidade seria o desvio de conhecimento sobre a mesma. Deborah Britzman (1996, p. 91 apud LOURO, 2018 p. 47) questiona se seria a ignorância sobre a homossexualidade originada pela forma que a sexualidade é moldada, e ao analisar como o poder dominante colocou controle e limitações sobre os corpos e os indivíduos, sobre os pensamentos e ideias, entendo que sim. Não seria esse poder dominante o responsável pela forma de como a sexualidade é vista?

Para completar a ideia que Louro traz sobre a pedagogia e o currículo queer, ela diz que esses “teriam de fazer mais do que incluir temas ou

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

conteúdos queer; ou mais do que se preocupar em construir um ensino para sujeitos queer” (LOURO, 2018 p. 48), isto é, não uma pedagogia para sujeitos queers, mas com sujeitos queers, para todos e não apenas para aqueles, como a pedagogia já tem sido. Nem tão perto de pensar em segregar os heteros ou fazê-los se sentirem oprimidos, isso não é vingança como seus frágeis egos podem pensar, mas é sugerir “o questionamento, a desnaturalização e a incerteza como estratégias férteis e criativas para pensar qualquer dimensão da existência” (LOURO, 2018 p. 48). Ainda salientou que a intenção é

chamar para dentro os marginalizados, os estranhos, os excluídos, é incentivar sua presença no sistema escolar pelas suas experiências e identidades, é reconhecer esses sujeitos, suas experiências, suas histórias, e é transforma-los no foco, mas não é para segrega-los novamente com um currículo exclusivo, e sim, inclui-los junto aos demais (FERREIRA, 2024, p. 770).

Para que seja possível uma educação inclusiva nesse ramo temático sobre sexualidade, temos como apoio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que formulada em 1996 a partir da Constituição de 1988 para a organização do Plano Nacional de Educação (PNE), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), esse que reserva um capítulo inteiro para a temática orientação sexual, apontando a mesma como um tema transversal para ser trabalhado nas escolas, isto é, possibilitando o desenvolvimento das discussões sobre o tema em todas as disciplinas. Os PCNs permitem a partir dos blocos de conteúdos corpo matriz da sexualidade, relações de gênero e prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis, além de orientar o educador sobre sua postura, o conteúdo contextualizado da temática e a importância de estabelecer uma relação família-escola.

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

Assis, Souza e Barbosa (2021), ao analisarem a abordagem da temática sexualidade na educação escolar, sinalizam que na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) a temática sexualidade “se encontra na seção de Ciências da Natureza, mais precisamente no componente curricular Ciências, sendo ausente nas demais áreas do conhecimento”, e “reservados ao oitavo ano do Ensino Fundamental” (MONTEIRO; RIBEIRO, 2020 apud ASSIS; SOUZA; BARBOSA, 2021), assim, tratando o assunto apenas de no tópico biológico e reproduzindo um retrocesso ao que foi proposto pelos PCNs, onde permite que a temática seja trabalhada na sala de aula como um tema transversal em outras disciplinas. Diante disso, o currículo escolar precisa estar desconstruído e focado na formação integral do sujeito para si e para a sociedade, sabendo receber e reconhecer seus saberes e identidades, se não o currículo continuará sendo um obstáculo para as intenções de uma educação inclusiva, afinal sua construção é cisheteronormativa e conservadora, que “pouco se importa com a construção de identidades, sobretudo aquelas presentes e necessitadas de desenvolvimento na sala de aula, sobretudo as identidades queers” (FERREIRA, 2024, p. 768).

Citando Reis e Ribeiro, Santos e Ribeiro (2009) apontam que o profissional que aborde sobre sexualidade na sala de aula deve acreditar em sua proposta ao levar a temática para a sala de aula, pensando na necessidade e na coerência, além de permitir a criticidade e o questionamento do aluno, e proporcionar que o espaço seja possível debate, o entendimento e a reflexão dos seus sentimentos. Os autores ainda apontam que o profissional lida com sentimentos, como angústias, afetos, medos e culpas, esses diretamente relacionados com o tema, e assim, há a necessidade da sensibilidade por parte do profissional. Deve-se entender a formação é “um processo contínuo, que ocorrer em diversas instancias e

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

momentos, a partir de experiências e relações sociais e escolares” (FERREIRA, 2024, p. 772), logo, acrescento que a formação de um profissional diante da temática pode ocorrer a partir de suas experiências na sala de aula, mas não se pode esperar para que surjam situações de despreparo para buscar realizá-la. A promoção de palestras e oficinas voltadas às temáticas anti-bullying, anti-homofobia e educação inclusiva podem ser pensadas como ações para a formação continuada. Assim, o profissional de educação saberá interagir com a temática na sala de aula na inclusão em conteúdos e em atividades.

Ainda pensando na formação do docente, foi realizado por mim, uma pesquisa para analisar a discussão sobre sexualidade e gênero na formação de professores do curso de Pedagogia do campus de Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde os resultados publicados em outro trabalho demonstram que a formação desses professores “ainda está limitada a uma ideia conservadora e normativa, despreparada para reconhecer saberes e existências” (FERREIRA, 2024, p. 782), pois notou-se que a matriz curricular não inclui a temática, esta que ocorre de forma pouco aprofundada, e que transmite aos futuros professores sentimento de despreparo para lidar com o assunto com os alunos de uma escola.

Devemos pensar que sujeitos diversos estarão presentes nas salas de aula e reconhecê-los poderá ser um trabalho dificultoso caso não haja formação. Na pesquisa citada no parágrafo anterior nota que futuros professores queers se sentem preparados para abordar a temática por vivenciarem e terem um olhar mais sensível, mas temem a tentativa de serem silenciados pela instituição escolar.

Isso indica que há a manutenção da normatividade dentro da instituição escolar e que “o corpo docente colabora, muitas vezes, para a

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

reprodução desses padrões” (BARROSO, 2015), assim, exercendo uma influência sobre os alunos. De certo modo, a família ao ser uma instituição presente na vida da criança, ela também interfere e influencia diretamente sobre as construções de seus pensamentos e suas ideias, e se junta a outras fontes de influência sobre a criança, como a internet e as relações fora da família, como a escola. Assim, Santos e Ribeiro (2009) percebem a necessidade do papel do profissional em desenvolver a criticidade e a reflexão educativa a partir dessa proposta.

Contudo, é vista a necessidade de refletir questões de gênero e sexualidade para pensar uma educação inclusiva, de modo que preconceitos e bullyings sejam discutidos de forma crítica e reflexiva pelos alunos, a fim de proporcionar uma formação integral destes para a sociedade. Para que a escola também se torne um lugar acolhedor para alunos queers, para os que já se conhecem e se entendem, para os que ainda estão nessa viagem e para os que ainda irão fazê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se vocês fizerem tudo direito, a próxima geração vai ter tantas coisas mais do que vocês (Levithan, 2013, p. 216).

Neste presente trabalho desejei analisar a prelúdios questionados e contestá-los, dando contexto para as discussões e reflexões sobre as temáticas que os fundamentam, permitindo o reconhecimento e a legitimação de trajetórias invalidadas. Acredito que consegui chegar em resultados significativos, tanto diante das discussões provocadas pelas palavras de Louro (2018) e os demais autores selecionados, pelos relatos

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

autobiográficos, pelos trechos dos romances fictícios apresentados, que enlaçados, solidificaram as problemáticas discorrida.

Como discutido, a sociedade não é única e não pode ser limitada a ideias estabelecidas pelas classes de poder. A sociedade é plural e apresenta uma complexa variedade cultural em cada grupamento social, de curta ou média distância. Pensar que a introdução dos sujeitos invalidados nas salas de aula como uma educação inclusiva permite a compreensão da variedade de corpos e vivências que necessitam de acolhimento, criando uma educação onde todos são vistos e afirmados e seus saberes recebidos e compartilhados, provocando uma formação integral de sujeitos na sociedade preparados para viver em harmonia, reconhecendo diferentes vivências e experiências.

Admito que por mais que existam leis educacionais que garantam a temática abordada neste trabalho como conteúdo escolar, essa ideia ainda parece ser uma utopia e que teremos um longo trabalho pela frente para de fato sermos inseridos no efetivamente no currículo escolar. De toda maneira, conquistas são construídas por pequenos passos, e de pouco em pouco, de degrau a degrau chegamos lá. Por existir trabalhos voltados a essa temática, que permite a reflexão crítica da formação social, da escolarização conservadora e da necessidade de incluir pensamentos queers no sistema educacional, significa que os passos estão sendo dados para um dia chegarmos a essa conquista. Que cada vez mais nos seja dado voz para reivindicar nossos direitos, propagarmos nossa história e garantir que a vivência das próximas gerações queers sejam reconhecidas. Assim, como as palavras de Levithan, se fizermos tudo direito, nossos próximos terão tantas coisas a mais do que nós.

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. A. F.; SOUZA, E. E. F. de; BARBOSA, A. G. Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNS e da BNCC / Sexuality in school: challenges and possibilities beyond PCNS and BNCC. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 13662–13680, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n2-130. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24374> .

BARROSO, Alan Villela Barroso. Escola e heteronormatividade: educar discriminando. *Revista Memória LGBT*, [S. l.], v. 3, n. 02, p. 32–35, 2015. Disponível em: <https://revista.memoriaslgbt.com/index.php/ojs/article/view/26> . Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm .

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html> .

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Brasília, 2013.

BRASIL. Projeto de Lei 1151/1995. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21NOV1995.pdf#page=41> .

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604> .

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

BRASIL. Projeto de Lei 5002/2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>

CAMARGO, Shelley Arruda Pinhal de; NETO, Luiz Ferraz de Sampaio. Sexualidade e gênero. Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba, v. 19, n. 4, p. 165-166, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/RFCMS/article/view/35351/pdf> .

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. Práxis Educacional, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124965> .

CLAM/UERJ. Material didático do curso de Especialização em Gênero e Sexualidade. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2009.

COMISSÃO aprova projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Agência Câmara de Notícias, [S. l.], 10 out. 2023. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/> .

CORINO, L. C. P. Homoerotismo na Grécia antiga – homossexualidade e bissexualidade, mitos e verdades. BIBLOS, [S. l.], v. 19, p. 19–24, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/249> .

EULER, Madson. Brasil é o país que mais mata transexuais no mundo. Radioagência Nacional, [S. l.], 27 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo#:~:text=Em%20relat%C3%B3rio%20divulgado%20pela%20Antra,assassinados%20no%20pa%C3%ADs%20em%202022> .

FERREIRA, V. C. N; VELLASQUEZ PAIVA, Fabrícia. MUDEI DE ESCOLA ACHANDO QUE TUDO IRIA MUDAR: REFLETINDO O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DISPOSTAS A UMA EDUCAÇÃO QUEER. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 764–783, 2024. DOI: 10.12957/riae.2024.82480. Disponível em:

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/82480> . Acesso em: 28 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INCLUSÃO. Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/inclusao/> .

JESUS, Jaqueline Gomes. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. Revista Docência e Cibercultura. Rio de Janeiro, volume três, n. 1, jan/abr. 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/29703>

LEVITHAN, David. Dois garotos se beijando. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Galera Records, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MARQUES, Luciana Ribeiro. As homossexualidades na psicanálise. Trivium, v. 2, n. 2, p. 467-484, 2010.

MARTINS, Vitor. Um milhão de finais felizes. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Galera, 2015.

OLIVEIRA, Mariana; BÁRBIERI, Luiz Felipe. STF permite criminalização da homofobia e da transfobia. G1, Brasília, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml> .

Organização das Nações Unidas. (1994). Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> .

RIBEIRO, Ícaro Machado. Criança viada. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40164> .

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

RICHTER, André. Ministra do STF reconhece adoção de criança por casal homoafetivo. Agência Brasil, [S. l.], p. 1-2, 19 mar. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-03/ministra-do-stf-reconhece-adoacao-de-crianca-por-casal-homoafetivo> .

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. Contemporânea, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 179-212, 2016. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/3840/1/6-1.pdf#page=176> .

SANTOS, Shirley Romera dos; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Dez anos de LDB: como está a formação dos orientadores sexuais?. In: Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2009. p. 6917-6922. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139973/ISSN2175-7054-2009-6917-6922.pdf?sequence=1> .

SILVA, Michela Carvalho da; PEDRO, Vanize Dalla Costa; JESUS, Eliane Maria de. Educação inclusiva. A escola, v. 3, 2017. Disponível em: https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/educacao_inclusiva.pdf .

TROVÃO, Aline Cordeiro; DA SILVA, Paloma; ALVES, Gilmara de Melo Ferreira. Racismo e homofobia: como pensar numa educação diversa e plural num cenário social de alta incidência de crimes de ódio no Brasil?. Anais VIII CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/89345> .

VIGANO, S. de M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO: RELAÇÕES DE GÊNERO E SUJEITOS LGBT. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 42, n. 3, p. 656–673, 2017. DOI: 10.5216/ia.v42i3.48808. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/48808> .

SOBRE AS AUTORIAS

Vinicius Costa Nunes Ferreira

Mesmo antes de nascer, já definiram como eu deveria ser: Análise sobre formação social cisheteronormativa para pensar Educação Inclusiva

VINICIUS COSTA NUNES FERREIRA & FABRÍCIA VELLASQUEZ PAIVA

REVISTA MEMÓRIA LGBT

ISSN 2318-6275

V.10 N.1 ANO 2025

Graduado em Licenciatura em Pedagogia (IE/UFRRJ). Foi membro da Comissão Eleitoral do Centro Acadêmico Resistência Pedagogia (2021-2022). Foi bolsista CAPES no Programa de Residência Pedagógica (PRP/UFRRJ) no Edital n01/2020 CAPES e no Edital n28/2022 CAPES. Contato: viniciuscferreira@gmail.com ; viniciuscosta@ufrj.br

Fabírcia Vellasquez Paiva

Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Letras Português/Literaturas pela UERJ e graduação (bacharelado) em Serviço Social pela UFF. É Mestre em Educação pela UFRJ e em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV/RJ. Doutora em Educação pela UFRRJ, Pelo PPGEduc/UFRRJ. Possui especializações nas áreas de Educação Especial (UNIRIO), em Literatura Infantojuvenil (UFF), em Serviço Social (UnB), em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social (Fiocruz), em Gênero e Sexualidade (UERJ), em Planejamento, implementação e gestão da EAD (UFF) e em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais (UFMG). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, também atuando como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Na UFRRJ, atuou como a primeira coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social de 08/2015 a 08/2018, e é coordenadora da disciplina Prática de Ensino 1, no Consórcio CEDERJ/UFRRJ, curso semipresencial (Disciplinas Pedagógicas às Licenciaturas). É também coordenadora de tutoria no Consórcio CEDERJ/UFRRJ, semipresencial. Tem experiência em Educação e em Serviço Social, com ênfase em narrativas de formação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, linguagem e sociedade: identidade e memória, literatura, práticas culturais. Pesquisadora do NEPEESS e do N'PELES, integrando a REDES dos dois Núcleos: Reunião para Estudos e Diálogos em Educação e Sociedade. Pesquisadora, educadora e mãe do João Gabriel, da Maria Cecília e da Maria Flor.

RECEBIDO em: 27/11/2024

APROVADO em: 07/01/2025